

TJMG

I N F O R M A T I V O

Crime e “loucura”

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – SETEMBRO – 2016
ANO 22 – NÚMERO 219

Reprodução

“O Grito”, do pintor norueguês Edvard Munch (1893), é uma das obras mais célebres de nosso tempo. Trata-se da imagem de um sujeito visivelmente dilacerado por uma profunda angústia, assombrado por “fantasmas” existenciais. “Só podia ter sido pintado por um louco”, escreveu sobre o quadro o próprio autor, que em vida chegou a ser internado por ocasião de um grande sofrimento. É da chamada “loucura”, mais exatamente de quando ela se mostra em ato, na forma de um crime, que fala a matéria de capa desta edição, que aborda o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A iniciativa completa 15 anos em dezembro e está passando por um redesenho.

Páginas 4 e 5

Presunção de sociabilidade

“Sabemos, por nossa experiência, que o paciente judiciário pode viver em sociedade. Ao invés da presunção da periculosidade, o que nos orienta é a presunção de sociabilidade, uma orientação que faz a nossa diferença.” É com essa visão que atua a equipe do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O programa assumiu a missão de garantir todos os direitos sociais aos pacientes judiciários e a humanização no curso do processo criminal.

Matéria de capa desta edição, o PAI-PJ é um dos braços de atuação do programa Novos Rumos, que está à frente de diversas iniciativas inovadoras que visam a fortalecer a humanização no cumprimento de penas e medidas privativas de liberdade. Coordenador executivo do Novos Rumos, o desembargador José Braga ressalta que o PAI-PJ é “um dispositivo importante do Judiciário na realização da justiça criminal”. O programa completa 15 anos em dezembro próximo e passa por um redesenho, que visa ao seu fortalecimento.

O desembargador Wagner Wilson Ferreira, 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), é o entrevistado desta edição. O magistrado declara que o olhar da Escola Judicial no biênio 2016/2018 se voltará, em especial, para a formação integral de magistrados e servidores. Para o desembargador, “o capital intelectual é o principal diferencial competitivo de qualquer organização institucional”.

Veja também, nesta edição, matéria sobre as medidas que vêm sendo adotadas pelo Museu da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud) do TJMG para garantir a conservação de seu acervo, a fim de evitar prejuízos irrecuperáveis ao patrimônio cultural acumulado pela instituição. Na Mejud, entre outras peças históricas, encontram-se documentos que datam do período de instalação das primeiras comarcas mineiras no século XVIII, a exemplo da Carta de Alforria da escrava Chica da Silva.

Com a proximidade do Dia Nacional do Idoso, comemorado no Brasil em 1º de outubro, este número traz ainda matéria sobre o TJ Sênior, modalidade do programa Conhecendo o Judiciário voltada para o público da terceira idade. Em visitas guiadas ao Tribunal mineiro, os idosos têm a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o Poder Judiciário. Iniciativa do Centro de Relações Públicas e Cerimonial (Cerp) da Assessoria de Comunicação do TJMG, o Conhecendo visa a aproximar a instituição da sociedade civil, em um movimento que busca conscientizar a população quanto aos seus direitos.

Na página 8, leia resenha do filme *Era Uma Vez no Oeste*, dirigido por Sergio Leone, que será exibido em setembro no Cineclube TJ. A película, do gênero faroeste, traz em seu elenco grandes nomes do cinema, como Cláudia Cardinale, Henry Fonda e Charles Bronson. A sessão acontece no dia 29, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (Rua Goiás, 253). Na mesma página, confira a coluna Clique do Leitor.

Boa leitura!

PJe Expansão 2016

A partir de outubro, novos canais de comunicação estarão disponíveis para que usuários apresentem dúvidas e/ou sugestões relacionadas ao Processo Judicial eletrônico (PJe). São eles: ligações para 4004, no caso de DDD 31, e 0800, para as demais localidades, além de *chat online*.

O desempenho do sistema é estável, havendo, contudo, indisponibilidades pontuais em algumas comarcas. A equipe de suporte do PJe faz acompanhamento presencial quando necessário. O Tribunal de Justiça adquiriu um novo servidor de banco de dados com 144 núcleos de processamento – antes eram 40.

Em setembro, o sistema e demais funcionalidades serão apresentados aos integrantes das Comarcas de Ituiutaba, Frutal, Patrocínio e Araxá. A partir de 3 de outubro, o PJe torna-se padrão de movimentação processual em Passos, São Sebastião do Paraíso, Alfenas e Muriaé. Essas comarcas juntam-se a outras 29 de entrância especial que já possuem o PJe.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

1º Vice-Presidente:

Desembargador Geraldo Augusto de Almeida

2º Vice-Presidente:

Desembargador Wagner Wilson Ferreira

3º Vice-Presidente:

Desembargador Saulo Versiani Penna

Corregedor-Geral:

Desembargador André Leite Praça

Vice Corregedora-Geral de Justiça

Desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro

Ouvidor

Desembargador Moacyr Lobato

Expediente

Assessor de Comunicação Institucional:

Bruno Costa

Gerente de Imprensa:

Daniela Lima

Coordenador de Imprensa:

Manuela Ribeiro

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Revisora:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

Globalprint Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Avenida Afonso Pena, 4.001 - 13º andar - Serra,
Belo Horizonte/MG

CEP 30.130-008

Tel.: (31) 3306-3920

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

2.100 exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Ações protegem o patrimônio histórico do TJMG

Reinaldo M. Gomes

Os danos decorrentes da passagem do tempo, a presença de insetos e roedores, a exposição a umidade, luz e temperatura excessivas, o manuseio inadequado e a ocorrência de sinistros ambientais podem destruir séculos de registros históricos. Para evitar prejuízos irreversíveis ao patrimônio cultural, preservação, conservação preventiva e restauração de documentos e objetos são práticas rotineiras nas instituições museológicas.

O Museu da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) adota um conjunto de medidas que garante a preservação de seu acervo. Processos de inestimável valor datam do período de instalação das primeiras comarcas mineiras no século XVIII, a exemplo da Carta de Alforria da escrava Chica da Silva. Fazem parte do conjunto de peças raras o primeiro Livro de Atas do Tribunal de Relação de Ouro Preto e o Inventário de Bens da Dona Beja, ambos do século XIX, os quais poderiam se perder no tempo não fossem as estratégias de proteção.



Para evitar prejuízos irreversíveis ao patrimônio cultural, preservação, conservação preventiva e restauração de documentos e objetos são práticas rotineiras



A primeira etapa do processo de conservação é a higienização, por meio da varrição mecânica a seco da superfície dos papéis. “Retiramos sujidades, fungos, ovos de insetos e elementos estranhos, como grampos, cliques e adesivos”, explica Tayane Máximo, estagiária da Mejud e graduanda em conservação e restauração de bens culturais móveis pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para esse serviço são utilizados pincel, trincha, almofada de pó de borracha e mesa equipada com iluminação e exaustor para sucção de resíduos. As danificações identificadas são registradas em uma ficha de diagnóstico.

Terminada a higienização, o material é acondicionado em moldes de papéis quimicamente neutros. “Para aumentar a resistência e evitar o manuseio desnecessário, os conjuntos de documentos são guardados entre folhas de papel-cartão, onde ficam registradas as principais informações sobre eles”, detalha Tayane.

Pequenos reparos na estrutura do documento, como retificação de rasgos e planificação do papel, são feitos na Mejud. Já para a restauração, que exige testes químicos e de solubilidade, a Mejud mantém parceria com instituições especializadas, entre elas o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (Cecor) da UFMG.

Segundo a assessora da Mejud, Andréa Costa Val, a conservação preventiva prolonga a sobrevida do material arquivado. “Recebemos processos dos séculos XIX e XX de diversas comarcas mineiras, em estado precário de conservação, por isso é fundamental trabalharmos com equipe altamente especializada”, destaca. “O espaço físico com iluminação adequada, livre de umidade, e o trabalho de faxina realizado por pessoal treinado contribuem para manter a integridade do acervo”, acrescenta.

Manutenção e brigadistas

Além da conservação preventiva, a Mejud está atenta a outros fatores que colocam em risco seu pa-

trimônio. O telhado e o sistema de encanamento de água e esgoto são vistoriados periodicamente pela equipe de manutenção do TJMG, buscando detectar possíveis vazamentos que poderiam danificar documentos e equipamentos. As dependências do Palácio da Justiça Rodrigues Campos, onde está localizado o Museu, e áreas externas passam também por serviços de dedetização contra insetos e roedores.

Uma conservação documental eficiente exige também medidas preventivas contra tragédias ambientais. Por meio da Seção de Prevenção do Corpo de Bombeiros do Gabinete Militar do TJMG, foram montadas em todos os prédios da instituição brigadas de incêndio formadas por servidores e funcionários voluntários. “O Palácio da Justiça é um prédio muito antigo e requer um cuidado especial. Temos aqui vários brigadistas treinados em práticas de combate a princípios de incêndio e primeiros socorros, aptos a atuar em eventuais emergências”, explica o superintendente da Mejud, desembargador Lúcio Urbano Silva Martins.

Já a proteção do patrimônio do Palácio da Justiça contra furtos e depredações é garantida pela presença de vigilantes e câmeras de monitoramento. “O Palácio da Justiça recebe diariamente um público muito grande de visitantes. O Museu da Mejud abriga documentos historicamente valiosíssimos. É indispensável garantir a segurança desses documentos”, destaca o superintendente.



■ A primeira etapa do processo de conservação é a higienização; as normas de segurança exigem que o técnico esteja protegido com luvas, máscara, óculos e jaleco de manga comprida

Rodrigo Vilaga



Obra "O Grito", do pintor norueguês Edvard Munch (1863-1944)

PAI-PJ completa 15 anos de existência e amplia sua atuação

Daniele Hostalácio

"A chamada 'loucura' é uma resposta excepcional a uma situação de angústia, de medo, de grande sofrimento. Quando uma pessoa nessas condições comete um crime, seu ato resulta dessa intensa desordem que perturba corpo e pensamento. Nada pode ser mais humano! É disso que se trata." A reflexão é da psicóloga e psicanalista Fernanda Otoni de Barros-Brisset, coordenadora do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ).

É esse olhar sensível para o paciente judiciário a base do programa, que abraça a missão de garantir a esses sujeitos todos os seus direitos sociais e a humanização no curso do processo criminal. Implantado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em dezembro de 2001, o programa passa, no momento, por um redesenho. As mudanças visam a fortalecer a iniciativa e a permitir sua expansão, e acontecem no ano em que o projeto celebra uma década e meia de existência.

O PAI-PJ é um dos braços de atuação do programa Novos Rumos, que está à frente de diversas iniciativas inovadoras que objetivam intensificar a humanização no cumprimento de penas e medidas privativas de liberdade. Coordenador executivo do

Novos Rumos, o desembargador José Antônio Braga ressalta que o PAI-PJ é "um dispositivo importante do Judiciário na realização da justiça criminal".

São os juízes das varas criminais que encaminham os pacientes judiciários para o PAI-PJ. O programa auxilia os magistrados na definição da melhor medida judicial a ser aplicada, visando conjugar tratamento, responsabilidade e inserção social, desde o início do processo criminal de instrução até seu encerramento, já na fase da execução penal.

De acordo com o desembargador Braga, "trata-se de programa importantíssimo para a humanização do direito penal, seja na fase de fixação da pena, seja na fase de execução penal". Ele destacou que, sem o PAI-PJ, os pacientes judiciários não teriam o acompanhamento de uma equipe capacitada, técnica e cientificamente, para analisar cada situação individual, seja ela clínica ou social.

Expansão do programa

O PAI-PJ está estruturado em um Núcleo Supervisor, que tem sede na Comarca de Belo Horizonte e atua em todo o estado, e Núcleos Regionais, que recebem orientação metodológica da unidade central e são por ela monitorados.

Estes surgem a partir de uma grande articulação para a formação de parcerias com órgãos públicos, como as prefeituras e secretarias de saúde dos municípios, e com intenso envolvimento dos juizes das regiões. Por isso, para que o programa possa se expandir, as parcerias são imprescindíveis. Atualmente, existem núcleos regionais nas Comarcas de Ipatinga, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Divinópolis, Itaúna, Belo Horizonte e Barbacena.

"Com verbas reduzidas e recursos cada vez mais escassos, a expectativa é que o redesenho do PAI-PJ possa realizar o atendimento com a indispensável parceria do Estado de Minas Gerais e também com o concurso das prefeituras municipais", avalia o desembargador José Braga. "Com a participação exclusiva do TJMG, o atendimento aos 853 municípios e às 296 comarcas ficará comprometido. Precisamos de parcerias efetivas, e não apenas potenciais", acrescenta o magistrado.

Nesse sentido, várias articulações têm sido feitas, e a expectativa é que até o final do ano já existam núcleos regionais nas Comarcas de Ouro Preto, Salinas e Guanhães. Em Salinas, o núcleo está sendo firmado com a participação de dois consórcios intermunicipais de saúde que juntos abran-

gem 16 municípios. “Será uma iniciativa inédita em se tratando de participação e compromisso efetivo envolvendo Judiciário, Executivo e sociedade”, destaca a coordenadora do PAI-PJ.

A juíza Erica Climene Xavier Duarte, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de Salinas, explica que o núcleo abrangerá também as Comarcas de Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso e Taiobeiras. “Salinas é a comarca com o maior número de pacientes judiciários – em torno de 40. Com o surgimento do núcleo regional, os casos poderão ser acompanhados mais de perto, pois hoje o acompanhamento é feito pelo núcleo supervisor”, avalia.

Laços sociais

Nesses quase 15 anos, mais de 6 mil pacientes judiciários já passaram pelo programa. “Até maio último, cerca de 1.700 indivíduos estavam sendo acompanhados pelo PAI-PJ. No momento, o número reduziu em 900, mas todos os esforços estão sendo feitos para a retomada do acompanhamento a todos eles, a partir do redesenho do PAI-PJ, em fase de estudo e elaboração”, explica a coordenadora.

Além de buscar proporcionar a cada paciente judiciário o acesso aos recursos de tratamento conforme sua condição singular, o PAI-PJ torna a prestação jurisdicional mais célere. Da determinação judicial para acompanhamento do paciente judiciário até o fim do processo de execução criminal levam-se em média seis anos, segundo dados do programa.

“O PAI-PJ é reconhecido pelo CNJ como um modelo nacional; ele exerce uma função social extremamente relevante, atuando como filtro ao encarceramento dos pacientes judiciários e evitando os efeitos prejudiciais do cárcere”, avalia o juiz auxiliar da Presidência Thiago Colnago, que é coordenador

do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do TJMG. Segundo o magistrado, se o encarceramento por si só é um problema, no caso do paciente judiciário é um problema maior ainda, pois ele perde os laços com sua família. “O programa atua exatamente criando uma estrutura que viabiliza a reinserção do paciente judiciário na sociedade”, explica.

Durante a abertura dos trabalhos do GMF, em agosto, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, anunciou o redesenho do PAI-PJ, que vai fortalecer e expandir o programa, de modo a consolidá-lo enquanto um serviço essencial na articulação intersetorial da rede de atenção ao paciente judiciário.

“O desembargador Herbert é o magistrado do Brasil que mais conhece o programa. Ele ajudou a criá-lo, participando ativamente da concepção de seus fundamentos, estando desde o início lado a lado, quando juiz de execução na Comarca de Belo Horizonte, divulgando a iniciativa por todo o Brasil. Quando desembargador, ele foi um dos protagonistas, com o então presidente Sérgio Resende, na proposta de integrar o PAI-PJ ao programa Novos Rumos e, à frente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), foi por sua iniciativa e luta que resoluções nacionais e recomendações por parte do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foram estabelecidas a favor do paciente judiciário”, lembrou a psicóloga Fernanda Otoni.

Ao longo de uma década e meia de existência, o programa tornou-se referência no tratamento

humanizado do paciente judiciário, não só no Brasil, mas também em outros países. Mariana de Assis Brasil e Weigert, professora de Direito Penal e Criminologia na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em estudo sobre sujeitos em cumprimento de medidas de segurança em manicômios judiciários brasileiros, constatou que o PAI-PJ foi destaque na imprensa da Itália e é citado pelo psiquiatra e pesquisador italiano Ernesto Venturini como uma influência sobre o movimento pela desinstitucionalização dos pacientes judiciários naquele país. O psiquiatra é um dos

especialistas que contribuiu ativamente para o êxito da lei da reforma psiquiátrica na Itália.

Os servidores do programa esperam e desejam que a política de atenção ao paciente judiciário aplicada pelo PAI-PJ, em um futuro próximo, transforme-se em um projeto de lei. Historicamente, a ciência positivista construiu um discurso que marginalizou o louco e buscou excluí-lo do convívio social, infligindo-lhe trata-

mento desumano. “Mas sabemos, por nossa experiência, que o paciente judiciário pode viver em sociedade. Ao invés da presunção da periculosidade, o que nos orienta é a presunção de sociabilidade, uma orientação que faz a nossa diferença”, declara a equipe. O programa é de grande alcance social, reduz a reincidência, acelera a prestação judicial, amplia os recursos de tratamento ao sofrimento e favorece os laços sociais.

“**O programa é importantíssimo para a humanização do direito penal, seja na fase de fixação da pena, seja na fase de execução penal**”

“



Para o desembargador José Braga, o PAI-PJ é um dispositivo importante na realização da justiça criminal



Para Fernanda Otoni, “a chamada ‘loucura’ é uma resposta excepcional a uma situação de grande sofrimento”

Em busca de capital intelectual

Daniele Hostalácio

“O capital intelectual é o principal diferencial competitivo de qualquer organização institucional”, avalia o desembargador Wagner Wilson Ferreira, que em 1º de julho assumiu a 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e a superintendência da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). Nesse novo desafio, o desembargador estará à frente do braço da Casa responsável pela formação de magistrados e servidores. Desembargador do TJMG desde 2006, Wagner Wilson iniciou sua carreira na magistratura em 1987, tendo atuado nas Comarcas de Passatempo, Prata, Passos e Belo Horizonte. Na entrevista ao TJMG Informativo, o desembargador fala sobre os projetos para a 2ª Vice-Presidência.

TJMG Informativo – O senhor empreendeu uma destacada trajetória na área da infância e da juventude e agora assumiu a 2ª Vice-Presidência do TJMG. O que o motivou a abraçar esse novo desafio?
Fui incentivado pelos colegas a me candidatar à 2ª Vice-Presidência para fazer um trabalho diferente na Escola Judicial. Eu gosto de desafios e avaliei que realmente precisávamos melhorar o trabalho que a

Ejef fazia – e que já é muito bom – e tínhamos algum planejamento nesse sentido: focar na gestão e no atendimento ao público, melhorar o aspecto, não só técnico, mas também humanístico, na formação tanto dos magistrados quanto dos servidores – de uma forma geral, dos servidores, porque magistrado também é servidor. Isso me motivou bastante, e estou muito animado. Formamos uma ótima equipe, muito competente e interessada, e a escola e os servidores já são bem qualificados. Por isso acho que faremos um trabalho muito bom, e quem sairá ganhando são nossos clientes, que é o povo, que precisa de uma Justiça rápida e de qualidade.

O senhor falou de humanização. A Ejef deverá focar também na sensibilização dos magistrados para a causa da infância e da juventude?

Sem dúvida. Estamos buscando cursos de formação para o magistrado da infância, e queremos dar um enfoque maior na infância e na juventude. A ideia é humanizar essa formação e, principalmente, sensibilizar os magistrados, pois é a sensibilização que motiva o magistrado a trabalhar com essa causa.

Quais serão as prioridades da escola para o biênio 2016/2018?

O capital intelectual é o principal diferencial competitivo de qualquer organização institucional. Diante dis-

so, os tribunais pátrios que adotaram a educação corporativa passaram a obter resultados fantásticos na melhora da prestação jurisdicional. Nós pretendemos então focar nossa atuação na preparação e na busca desse capital intelectual, desenvolvendo políticas baseadas na educação corporativa, compartilhando, armazenando e gerenciando o conhecimento prático e teórico entre os magistrados e os servidores. Queremos implantar a educação corporativa, abandonando um sistema de educação burocrática. Buscaremos capital intelectual investindo em um modelo que nos permita encontrar nova moldagem para o conhecimento prático e teórico.

Os tribunais pátrios que adotaram a educação corporativa passaram a obter resultados fantásticos na melhoria da prestação jurisdicional

Atualmente, que áreas e temas demandam mais formação dentro do Tribunal?

Todas as áreas precisam de formação e precisamos formar “formadores”, mas tudo, sempre, visando ao Planejamento Estratégico do TJMG. Precisamos focar muito na gestão para melhorar a prestação jurisdicional, por exemplo. Toda a atuação da Escola Judicial estará voltada para o atendimento do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça.

A tecnologia será importante aliada na formação de magistrados e servidores?

Certamente. A escola tem um potencial muito grande na área de tecnologia, e os cursos que pretendemos lançar são em EAD (educação à distância). Temos condições muito boas para oferecer esses cursos, que são de formação permanente. A educação à distância está no foco no nosso trabalho; aproveitaremos toda a tecnologia de que o Tribunal dispõe para disseminar conhecimento.

Com colaboração do Núcleo de TV/Ascom



De acordo com o desembargador Wagner Wilson, a Ejef focará muito na formação em gestão, com o objetivo de melhorar a prestação jurisdicional

TJMG abre as portas para a terceira idade

Jéssica Torres

O Salão Nobre do Palácio da Justiça Rodrigues Campos, sede histórica da Justiça mineira, com seu mobiliário centenário e imponente, é um espaço emblemático onde acontecem sessões e cerimônias solenes. Periodicamente, o local é também ocupado por participantes do TJ Sênior, modalidade de visita do programa Conhecendo o Judiciário. A iniciativa da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) busca aproximar o Judiciário mineiro do público da terceira idade.

Às vésperas do Dia Nacional do Idoso, celebrado em 1º de outubro, o público sênior do programa propicia uma reflexão sobre a importância de debater suas condições de vida. A iniciativa do Tribunal mineiro de abrir as portas para essa parcela da população pretende ser uma medida a mais a contribuir para a garantia dos direitos dos idosos.

Canal de comunicação entre o Tribunal e a sociedade civil criado em 1999 pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), o programa recebia inicialmente alunos do ensino

fundamental e médio, universitários e grupos organizados, como sindicatos, associações e ONGs. A turma integrada por maiores de 60 anos foi abraçada desde o fim de 2014, e a visita formatada para esse público inclui no cardápio da programação palestras com magistrados ou servidores sobre temas de interesse dos idosos, como os direitos do consumidor.

O Conhecendo busca informar os participantes sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário e conscientizá-los quanto aos seus direitos, estimulando assim a cidadania. Além das palestras, o público assiste a vídeos institucionais e participa de visitas guiadas ao Palácio da Justiça Rodrigues Campos.

Os visitantes são convidados a conhecer mais que os pisos de mosaico e mármore Carrara, os lustres de cristal ou a escultura da deusa Têmis, que embelezam o palácio. Eles descobrem o acervo da Memória do Judiciário (Mejud), composto por móveis, obras de arte, documentos e exemplares literários antigos que compõem parte da história do TJMG. Assim,

criam condições para compreender o presente do Judiciário mineiro e como cada um faz parte dessa narrativa.

Vamos falar de direitos?

Recentemente, uma turma sênior ocupava o Salão Nobre se expressando com a ousadia própria da juventude e carregava, nas perguntas, a bagagem de veteranos. Usuários do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos da Vila Senhor dos Passos, no Bairro Lagoinha, em Belo Horizonte, eles pareciam passar a tarde em um parque de diversão.

“Vamos falar dos nossos direitos, nós, que somos jovens?”, disse o desembargador aposentado do TJMG Nicolau Maselli, ao iniciar palestra para a turma sênior. O convite era para aqueles cidadãos conhecerem mais sobre os três poderes, as funções de diversos órgãos públicos e as diferenças entre termos como “instância” e “entrância”, “município” e “comarca”. A trajetória pessoal e profissional do magistrado impediu qualquer dissabor que uma primeira experiência como palestrante poderia provocar.

A gratidão pela oportunidade foi traduzida, durante o evento, em forma de descontração, piadas e na abertura estabelecida para a troca de experiências, sem que isso, contudo, diminuiu a importância da palestra. “O Poder Judiciário precisa ser conhecido, pois ele é ignorado, e o Conhecendo o Judiciário é uma forma de fazer isso”, afirmou o desembargador Maselli, ressaltando o protagonismo do programa e sua função de utilidade pública.

Algumas sobranças franzidas denunciavam a pouca familiaridade com o assunto em pauta. Mas, gradativamente, as feições mudaram e revelaram a conquista de novas certezas – uma transformação proporcionada pela educação. Os idosos ainda aproveitaram para discutir sobre a necessidade de recorrer à Justiça diante de situações conflituosas do dia a dia. Com 85 anos e muito vigor, Maria Antonieta dos Santos disse não ter mais tempo para delongas. “Agora eu sei que devo procurar a Justiça para resolver uma pendência de 11 anos atrás. Ficarei mais atenta ao que está acontecendo à minha volta”, concluiu satisfeita.



O desembargador Nicolau Maselli, em palestra para idosos durante edição do TJ Sênior, modalidade de visita do programa Conhecendo o Judiciário

O filme *Era Uma Vez no Oeste*, dirigido por Sergio Leone, será exibido em setembro no Cineclube TJ, projeto que une a exibição e o debate de obras clássicas do cinema. A sessão acontece no dia 29 de setembro, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (Rua Goiás, 253). Confira, abaixo, resenha do filme.

Era Uma Vez no Oeste (*Once Upon a Time in the West*)

Juiz Magid Nauef Láuar*

O Cineclube TJ apresenta desta vez um faroeste. Um estilo que provoca as mais doces lembranças da infância, daquele cinema do interior, do ritual, do namoro, do “artista-que-não-morre”. O mundo do cinema sem o faroeste seria um cinema sem fantasia, sem emoção, seria uma pipoca sem sabor!

Gênero genuinamente americano, o faroeste, apesar do sucesso com o público, teve a sua queda e, surpreendentemente, foi reerguido por um diretor italiano: Sergio Leone! Os jovens cineastas e roteiristas Bernardo Bertolucci e Dario Argento ajudaram-no na criação da história de *Era Uma Vez no Oeste*, e o resultado foi um filme que refletia o estilo de uma época (1968) marcada por conflitos sociais, atentados e pela guerra.

Lançado alguns meses após o assassinato de Bobby Kennedy e Martin Luther King, o filme nasceu repleto de mistérios, contemplativo, lento, refletindo a desolação, a melancolia e a ausência de esperanças dos personagens. Não seria um “banguê-banguê” repleto de tiros, de ações rápidas e intercaladas.

O enredo gira em torno das terras por onde passaria uma estrada de ferro; seu proprietário havia sido

assassinado brutalmente, juntamente com todos os seus filhos, por um matador profissional. Porém, o que ninguém sabia era que ele, ainda viúvo, havia se casado com uma prostituta de New Orleans, que passou a ser a dona das terras e a receber a proteção de um atirador que, por sua vez, tem contas a acertar com o frio matador.

O elenco do filme tende à perfeição, com a maravilhosa Claudia Cardinale interpretando uma prostituta, aliás, uma ex-prostituta, proprietária de uma terra que interessava ao sanguinário Frank, interpretado por ninguém menos que Henry Fonda, um bandido no melhor estilo (matador de mulheres e crianças). O eterno *cool* Charles Bronson faz o papel “Homem Sem Nome”, conhecido apenas por “Gaita”, em razão do curioso estilo de tocá-la antes de matar os seus rivais. O excelente ator Jason Robards faz o papel de outro meliante, importantíssimo na trama do filme.

Era Uma Vez no Oeste é um dos melhores faroestes de todos os tempos, e assisti-lo é, sem dúvidas, uma experiência agradável e marcante.



O filme, de 1968, reflete uma época marcada por diversos conflitos

* Coordenador do Cineclube TJ

Um dos maiores museus a céu aberto do mundo, o Instituto Inhotim completa dez anos em 2016. Localizado no Município de Brumadinho, a aproximadamente uma hora de carro de Belo Horizonte, o Inhotim permite desfrutar de um paisagismo exuberante e de exposições de arte moderna em pavilhões totalmente integrados à natureza. Vários eventos culturais marcam, em setembro, o aniversário da instituição, que oferece entrada gratuita às quartas-feiras.

Pedro Jorge Fonseca,
servidor da Comissão de Promoção
Vertical (Comprove) do TJMG



CLIQUE DO LEITOR

Caso queira participar da coluna Clique do Leitor, envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até dez linhas sobre a imagem, para imprensa@tjmg.jus.br. Preencha o assunto com “Clique do Leitor”. As melhores fotos serão publicadas neste espaço.